

# **O FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUA RELAÇÃO COM O CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA<sup>1</sup>**

Benedito Anselmo Martins de Oliveira<sup>2</sup>

A Economia Solidária no Brasil, em conformidade com as informações e dados apresentados e observados por vários estudos e eventos, tem tido um inegável crescimento e tem se alastrado por todos os recantos deste país. Isto demonstra que ela passa a ser uma das estratégias vitais para o desenvolvimento brasileiro numa perspectiva diferente daquela que é considerada pelo modelo liberal. Em função desta constatação o que se observa como urgente, dentre outras questões específicas como, por exemplo, a necessidade de um marco legal; a necessidade de descoberta e fortalecimento de cada vez mais nichos de mercado; a necessidade da existência de um apoio tecnológico; e da necessidade de um programa de crédito, é a necessidade de uma concertação entre os seus atores e atoras. Dentre o leque enorme de atores e atoras, encontra-se o estado e a própria representação deste movimento. Neste caso específico, estamos falando, respectivamente, da relação entre o Estado e Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES.

Ao que parece, o Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES, a ser instalado em função da necessidade do Estado ter o seu espaço para debater, formular, implementar e avaliar suas políticas públicas destinadas a economia solidária, deve servir como órgão complementar das funções da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, conforme destaca o Decreto nº 4.764, 24/07/2003, e deverá ser o espaço dentro do governo que servirá para isto.

Por outro lado, o FBES, que tem como tentáculos de sustentação os Fóruns Estaduais de Economia Solidária - FEE's, representa o próprio movimento brasileiro de economia solidária. Tendo, portanto, nas figuras de suas coordenações estaduais e na coordenação nacional/coordenação executiva, seus porta-vozes.

---

<sup>1</sup> Texto elaborado por solicitação da Coordenação Nacional do FBES para servir de ponto inicial de debate sobre a relação do FBES com o CNES.

<sup>2</sup> Professor do DECAC da UFSJ; Membro da ITCP da UFSJ; Coordenação Nacional da Rede de ITCP's e Membro da Coordenação Nacional do FBES.

Esta configuração será desenvolvida e melhor caracterizada, sobretudo, depois da realização da I Conferência Nacional de Economia Solidária, que embora tenha sido convocada pelo estado, evidentemente dentro de um processo de negociação permanente com o FBES, significa o coroamento de uma etapa inicial do desenvolvimento da economia solidária brasileira, que, até o momento, bem ou mal, tem sido conduzida de forma conjunta entre representantes do governo federal, notadamente a SENAES e, em alguns casos, governos estaduais e municipais, e o FBES.

Neste sentido, embora seja mister dar encaminhamentos para as demandas explicitadas no debate nacional que ora se fortalece dentro do processo de mobilização e realização da Conferência Nacional, é necessário e vital que sejam definidos os papéis que devem ter, de agora em diante, estes que devem ser caracterizados como os dois principais instrumentos de sustentação da economia solidária no Brasil. Ou seja, quais devem ser os papéis a serem assumidos pelo FBES e quais os que devem ser assumidos, pelo CNES.

Sendo esta necessidade apresentada e respeitada, carecemos de iniciar todo um processo de discussão que tenha como pontos cardeais fundamentais o desenho que deixe claro e defina estes papéis. Portanto é necessário que se defina, pelo menos três questões: como o FBES atuará daqui para frente; qual será a função do CNES e quais serão os instrumentos que estes utilizarão para, num diálogo permanente e democrático, ajudarem no fortalecimento daquilo que estamos construindo e que cada vez mais se sedimenta como uma das alternativas às propostas de desenvolvimento liberal na perspectiva da globalização capitalista, que é a economia solidária.

No, entretanto, antes que isto seja definido, ou em mínima instância, desenhado, carecemos do esclarecimento preliminar de pelo menos duas coisas: economia solidária se caracteriza como um movimento social quando se observada por dentro, ou seja, quando se examina, investiga e analisa as suas dinâmicas, precisamente, quando se tenta entender os seus movimentos ou relacionamentos entre os empreendimentos de economia solidária; seus relacionamentos com o estado; e seus relacionamentos com o restante da sociedade, inclusive com o mercado. E economia solidária é a própria proposta de alternativa ao desenvolvimento econômico liberal, quando ela é enxergada pelo conjunto de atores e atoras que a impulsionam. Neste caso, quando ela consegue mostrar para o conjunto da sociedade que é composta por ações do estado, do movimento de economia solidária e de seus aliados na sociedade civil organizada.

Com estas compreensões preliminares poderemos definir quais os papéis do FBES e do CNES. O CNES, em resumo, significa:

O Conselho Nacional de Economia Solidária CNES foi criado pelo mesmo ato legal, aprovado em junho de 2003, que instituiu, no Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES. Desde então a SENAES vem sendo construída, enquanto atua como entidade do Governo Federal, que propõe, organiza e implementa políticas de apoio à economia solidária. A SENAES tem como principal parceiro o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, entidade que nasceu no mesmo momento em que a Secretaria foi inaugurada e que congrega a grande maioria dos movimentos sociais, agência de fomento e de assessoria da economia solidária no Brasil. Faz parte do Fórum, também, um número crescente de empreendimentos solidários. **O CNES foi concebido como órgão consultivo e deliberativo de interlocução permanente entre a SENAES e os setores da Sociedade Civil e do Governo Federal que atuam em prol da economia solidária. Tem como atribuições principais a proposição de diretrizes para as políticas de economia solidária dos Ministérios e Secretarias que o integram e o acompanhamento da execução dessas políticas\***. As funções de Secretaria- Executiva do Conselho serão exercidas pela SENAES. Como esta está associada à maioria daquelas políticas, servirá de elo, sempre que for conveniente, entre o Conselho e os agentes do Governo Federal. A composição do CNES foi objeto de extensas negociações visando garantir que representará efetivamente, tanto a sociedade quanto o Estado. Esta representatividade será essencial para que a interlocução, em seu seio, resulte no aprimoramento permanente das políticas de economia solidária. Acordou-se, finalmente, que o Conselho será composto por 56 entidades divididas entre três setores: Governo, Empreendimentos de Economia Solidária e Entidades Não Governamentais de fomento e assessoria à economia solidária.

**Da relação das entidades que estarão representadas no CNES consta:**

Governo: MTE; SENAES; MDA, MC; MMA; MAPA; MDS; MF; Secretaria Geral da Presidência da República; Secretaria de Aquicultura e Pesca; SEPPIR; MIN; MCT; MEC; BNDES; CEF; BB; FONSET; e REDE DE GESTORES DE POLÍTICAS DE FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA (19 entidades: 13 ministérios, 3 bancos federais, 2 redes de administradores estaduais e municipais e a SENAES)

Empreendimentos de Economia Solidária: Associação Nacional de Cooperativas de Crédito e Economia Solidária ANCOSOL; Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão ANTEAG; Confederação Nacional de Cooperativas da Reforma Agrária CONCRAB; União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária UNISOL; União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária UNICAFES; 15 representantes de empreendimentos econômicos, indicados pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES, totalizando vinte entidades.

Outras organizações da Sociedade Civil e Serviços Sociais: Articulação do Semi-Árido ASA; SEBRAE; Grupo de Trabalho da Amazônia GTA; Conselho Nacional de Igrejas Cristãs - CONIC; Rede Cerrado; Rede Mulheres Economia; UNITRABALHO; Movimento Nacional de Catadores; Movimento Nacional Quilombolas; Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares; Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária; Cáritas Brasileira; Fórum de Comércio Ético e Solidário; Associação Brasileira de Entidades de Microcrédito - ABCRED; Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG; Pastoral Social da CNBB; OCB, totalizando dezessete entidades.

O Conselho Nacional de Economia Solidária deverá ser instalado, com esta composição, por decreto do Presidente da República.

Extraído do seguinte endereço na internet, consultado em 06.06.06:

<http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/programa/2006/Conselho/Default.asp>

\* Grifos feitos pelo autor

Por outro lado, o FBES representa:

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que foi criado durante a realização do I Encontro Nacional dos Empreendimentos de Economia Solidária em agosto de 2003 e em função do acúmulo de discussões e decisões tomadas durante todo o processo que nos conduziu até a III Plenária Nacional de Economia Solidária, estrutura-se conforme a estrutura abaixo. **Consiste fundamentalmente na articulação entre três segmentos do movimento de ES: empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento, e gestores públicos\***. A sua principal instância de decisão é a Coordenação Nacional, que consiste nos representantes das entidades e redes nacionais de fomento (GT Brasileiro), além de 3 representantes por estado que tenha um Fórum Estadual de Economia Solidária. Destes 3 representantes por estado, 2 são empreendedores e 1 é assessor ou gestor público. A Coordenação Nacional reúne-se 2 vezes ao ano. O Conselho Interlocutor faz a interlocução do movimento de ES com a Secretaria Nacional de Economia Solidária, e consiste em uma parte da Coordenação Nacional: as entidades e redes nacionais de fomento e 1 representante de cada estado (deve ser um empreendedor). Para dar suporte aos trabalhos do FBES, propiciar a comunicação entre as instâncias e operacionalizar reuniões e eventos, há uma secretaria executiva, apoiada por uma comissão de acompanhamento composta por membros da Coordenação Nacional. Existem ainda Grupos de Trabalho (GT's) que se conformam conforme a demanda de ações específicas do FBES, e para o avanço na implantação da Plataforma da ES. Os GT's são: Mapeamento, Finanças Solidárias, Marco Legal, Comunicação, Políticas Públicas, Relações Internacionais e Produção, Comercialização e Consumo. Recentemente, em novembro de 2005, por ocasião da IV Reunião da Coordenação Nacional do FBES, no lugar do Conselho Interlocutor, foi criada a Coordenação Executiva do FBES que é composta por um grupo menor de representantes visando dar mais dinamicidade as suas ações e agilidade no processo de realização dos encontros e de interlocução.

Construído a partir das informações extraídas do *site* do FBES [www.fbes.org.br](http://www.fbes.org.br), consultado em 06.06.06.

\* Grifos feitos pelo autor

Pelo exposto acima pode-se compreender que cada uma destas instâncias possuem papéis específicos e deverão, dentro de um cenário de desenvolvimento da economia solidária brasileira, desempenhar estes papéis. No, entretanto, é mister que essas duas instâncias possam ter em suas agendas a permanente necessidade de estarem em diálogo freqüente, esta prática ajudará na caracterização de um novo modo de se formular, executar e analisar políticas públicas. O grande elo de ligação entre estas duas instâncias deverá ser um coletivo de diálogo que deve ser formado entre a SENAES e a Coordenação Executiva do FBES. Caberá, portanto a SENAES a articulação, para dentro do governo, de todas as

ramificações de políticas que dialoguem com a economia solidária e a Coordenação Executiva do FBES deverá estar em contínuo diálogo com as Coordenações Estaduais dos FEE's, para poder estar sempre com as informações que serão necessárias para, junto com a SENAES, alimentarem as agendas do FBES e do CNES.

Um outro elemento importante dentro desta composição, será a necessidade de que todo e qualquer projeto, programa, ou estratégia que vise o fortalecimento da economia solidária no Brasil, sejam discutidos dentro deste esquema gerencial da macro política de economia solidária. Desta maneira se garantirá que todos os atores e atoras envolvidos nesta nova alternativa de desenvolvimento nacional, possam, de fato, estarem sentindo-se ferramentas do processo, pois isto, na prática, é o que poderá representar o exercício da cooperação, da solidariedade e da autogestão, que são pilares vitais para o desenvolvimento de uma verdadeira estratégia de estado para ajudar na eliminação da exclusão social/econômica/política, do desemprego e da pobreza neste país.

Para que esta estratégia de desenvolvimento tenha efetiva sustentação nacional, é fundamental que se pense e se busque de todas as maneiras possíveis, reproduzir este desenho gerencial/organizativo das políticas de economia solidária em todos os estados brasileiros. A preparação e a realização das Conferências Estaduais de Economia Solidária deram pistas de como isto deve ser conduzido em cada um dos estados no Brasil.

Para que se possa por este plano de desenvolvimento em prática, pelo menos duas questões precisam ser resolvidas. A primeira é a necessidade de que os FEE's tenham estrutura funcional; e a segunda, é que a SENAES, através, por exemplo, das DRT's, estructure seus tentáculos estaduais. Com estes passos dados, pode-se em cada estado sair em busca da formalização dos Conselhos Estaduais de Economia Solidária, que, evidentemente, devem ter nos governos estaduais parceiros valiosos. Por fim, com o objetivo de se dar suporte a toda esta política nacional de desenvolvimento, necessitamos da criação de frentes parlamentares de defesa da economia solidária. Essas frentes precisam ser constituídas no âmbito das câmaras municipais, das assembleias legislativas e do congresso nacional.

Caberá ao FBES e ao CNES, mediados pela SENAES e pela Coordenação Executiva do FBES, estarem em permanente estado de ação, criando para isto agendas que possibilitem a efetiva aplicação dos programas e projetos que objetivem o desenvolvimento da

economia solidária no Brasil. Isto será enxergado como um verdadeiro processo de geração, aplicação e avaliação de políticas de desenvolvimento criadas e geridas democraticamente, onde se respeitam os limites e ações de cada um de seus atores e atoras. Ao que parece, estamos falando de um novo modo de se pensar as relações do estado com a sociedade civil.